



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 3ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810387

Processo nº **0035308-02.2019.8.17.2001**

AUTOR: ROBERTO JOSE DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

DESPACHO

Vistos, etc.

ROBERTO JOSE DA SILVA, parte devidamente qualificada nos autos em epígrafe, ajuizou a presente **Ação de Cobrança de Complemento de Seguro DPVAT** contra **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.**, igualmente qualificada, objetivando a indenização do seguro obrigatório DPVAT, por meio da quantia de R\$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), pois foi vítima de acidente de trânsito no dia 24/11/2018, sofrendo debilidade permanente.

Compulsando os autos verifico que há instrumento de mandato outorgado à causídica Ana Cristina Aleixo Pereira Santos OAB/PE28.697, contudo a petição inicial foi assinada por advogada sem procuração nos autos.

Diante disso, determino a intimação da patrono subscritora da petição de Id nº 46619259, **Sharon Stéphanie Lins Barros** OAB/PE 29010, para que junte, no prazo de 15 dias, procuração com poderes para propositura da ação, sob pena de indeferimento da inicial nos termos do artigo 104, 320, 321 do CPC.

Intime-se. Cumpra-se

Recife, 13 de junho de 2019



Valéria Maria Santos Máximo

Juíza de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 3ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0035308-02.2019.8.17.2001
AUTOR: ROBERTO JOSE DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 3ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 46630438, conforme segue transcrito abaixo:

"DESPACHO Vistos, etc. ROBERTO JOSE DA SILVA, parte devidamente qualificada nos autos em epígrafe, ajuizou a presente Ação de Cobrança de Complemento de Seguro DPVAT contra MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A, igualmente qualificada, objetivando a indenização do seguro obrigatório DPVAT, por meio da quantia de R\$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), pois foi vítima de acidente de trânsito no dia 24/11/2018, sofrendo debilidade permanente. Compulsando os autos verifico que há instrumento de mandato outorgado à causídica Ana Cristina Aleixo Pereira Santos OAB/PE28.697, contudo a petição inicial foi assinada por advogada sem procuração nos autos. **Diante disso, determino a intimação da patrono subscritora da petição de Id nº 46619259, Sharon Stéphanie Lins Barros OAB/PE 29010, para que junte, no prazo de 15 dias, procuração com poderes para propositura da ação, sob pena de indeferimento da inicial nos termos do artigo 104, 320, 321 do CPC.** Intime-se. Cumpra-se Recife, 13 de junho de 2019 Valéria Maria Santos Máximo Juíza de Direito"

RECIFE, 18 de julho de 2019.

CAMILA LEITE MOREIRA MAGALHÃES
Diretoria Cível do 1º Grau



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL – PERNAMBUCO.**

PROCESSO Nº 0035308-02.2019.8.17.2001

ROBERTO JOSE DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A E OUTRA**, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, diante do despacho exarado, juntar substabelecimento pela própria patrona dos autos.

Recife, 16 de AGOSTO de 2019

Ana Cristina Santos

OAB/PE



SUBSTABELECIMENTO

ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/PE nº 28697D, com endereço profissional a Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 102, Bairro da Ilha do Retiro, Recife -PE CEP:50750-630

Substabelece com reserva de poderes, na pessoa da advogada **SHARON STEPHANE LINS BARROS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE 29.010 D, com endereço profissional a Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 102, Bairro da Ilha do Retiro, Recife -PE CEP:50750-630, os poderes que lhe foram outorgados por: **ROBERTO JOSE DA SILVA**, através de instrumento particular de mandato, para praticar todos os atos que se fizerem necessários.

Recife, 14 de agosto de 2019



Ana Cristina Santos
OAB/PE 28697





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 3ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810387

Processo nº **0035308-02.2019.8.17.2001**

AUTOR: ROBERTO JOSE DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

DESPACHO

Vistos e examinados.

De início, defiro a gratuidade de justiça requerida, nos termos da Lei 1.060/50.

A partir de 15/12/2008, data em que passou a vigor a Medida Provisória nº 451, posteriormente convertida em Lei (Lei nº 11.945/2009), o pagamento da indenização do seguro DPVAT deve, em caso de invalidez permanente parcial, observar a respectiva proporcionalidade da incapacidade, nos termos da tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974.

Assim, a solução da lide, regra geral, depende de laudo técnico em que se anote a extensão e o grau de incapacidade do acidentado, enquadrando-a na Tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. A atividade corriqueira em processos que exigem indenização securitária DPVAT mostram que, enquanto não há perícia, não há a possibilidade de acordo, o que esvazia a pretensão da legislação em reunir as partes para composição antes da contestação.

Diante disso, **cite-se a parte promovida**, conforme requerido, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 335, CPC/2015), ofertar resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (art. 334, CPC/2015). A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A fim de sanar qualquer dúvida, o termo inicial do prazo para contestação será a data de juntada do A.R. positivo aos autos

Decorrido o prazo para contestação, com ou sem resposta, de tudo certificando a Diretoria Cível, inclusive acerca da tempestividade da resposta, **intime-se a parte autora** para que no prazo de 15 dias úteis havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade a apre-sentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais.

Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.



Ao final, conclusos.

Recife, 13 de setembro de 2019

Valéria Maria Santos Máximo

Juíza de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 3ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0035308-02.2019.8.17.2001
AUTOR: ROBERTO JOSE DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 3ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 50772561, conforme segue transcrito abaixo:

"DESPACHO Vistos e examinados. De início, defiro a gratuidade de justiça requerida, nos termos da Lei 1.060/50. A partir de 15/12/2008, data em que passou a vigor a Medida Provisória nº 451, posteriormente convertida em Lei (Lei nº 11.945/2009), o pagamento da indenização do seguro DPVAT deve, em caso de invalidez permanente parcial, observar a respectiva proporcionalidade da incapacidade, nos termos da tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. Assim, a solução da lide, regra geral, depende de laudo técnico em que se anote a extensão e o grau de incapacidade do acidentado, enquadrando-a na Tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. A atividade corriqueira em processos que exigem indenização securitária DPVAT mostram que, enquanto não há perícia, não há a possibilidade de acordo, o que esvazia a pretensão da legislação em reunir as partes para composição antes da contestação. Diante disso, cite-se a parte promovida, conforme requerido, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 335, CPC/2015), ofertar resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (art. 334, CPC/2015). A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A fim de sanar qualquer dúvida, o termo inicial do prazo para contestação será a data de juntada do A.R. positivo aos autos Decorrido o prazo para contestação, com ou sem resposta, de tudo certificando a Diretoria Cível, inclusive acerca da tempestividade da resposta, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 dias úteis havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade a apre-sentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais. Intime-se. Publique-se. Cumpra-se. Ao final, conclusos. Recife, 13 de setembro de 2019 Valéria Maria Santos Máximo Juíza de Direito"

RECIFE, 20 de setembro de 2019.

TACIANA MARTINS AMORIM BARBOSA BARROS

Diretoria Cível do 1º Grau

